

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2010 – NÚMERO 7 -----

Aos dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Duarte Pereira, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira e Mário Manuel Pereira Peixinho, Vereadores. -----

A reunião foi aberta pelo Presidente da Câmara, eram dezassete horas e cinquenta minutos. O Presidente informou da ausência do Vereador Luís Garrotes. -----

Porque havia público na sala, o Presidente propôs que se começasse pelo período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Inscrição do munícipe Vasco Silva que veio falar em representação da filha Inês Margarida, proprietária de um lote no loteamento do Fino. O munícipe começou por explicar que tinha comprado o lote 18 desse loteamento, embora não fosse sua intenção fazer construções no imediato. Entretanto a EDP foi ao local colocar postes de tensão e colocou um dos postes dentro do lote referido. Segundo a EDP, a empresa comunicou à Câmara as operações que iria levar a cabo mas ninguém apareceu, pelo que a EDP afirmou nada ter a ver com o assunto. Dois dias depois houve uma reunião no local com o Vereador Ferreirinha e um ou dois engenheiros da EDP, tendo a EDP dito que o poste não sairia do local. Entretanto o Vereador Ferreirinha nunca mais deu despacho ao assunto. Perante esta impassibilidade, o munícipe propôs à Câmara, e dado que o lote em questão se situava no extremo sul do loteamento fosse desviado e que se abrisse uma possível serventia entre os lotes 18 e 17. A proposta foi aceite, tendo o munícipe em sua posse um documento que o comprova, mas nunca se procedeu ao desvio. -----

O munícipe quer vender o lote mas não está disposto a avançar com a venda sem ter o problema resolvido, uma vez que não quer ser injusto com o potencial comprador. -----

Inscrição das munícipes Vera Capitão e Carla Caneiras, encarregadas de educação, que vieram manifestar a sua preocupação com a situação na EB1, alertando para o facto de os funcionários das escolas estarem constantemente a ser mudados de local de trabalho. Como sempre, deste clima quem sai lesado são as crianças. As munícipes queixaram-se também da limpeza da escola que, segundo afirmaram, chega a ficar 3 dias sem sofrer qualquer intervenção. A falta de pessoal continua a ser um problema, pelo que continua a haver dificuldades no que toca à alimentação, por exemplo. Já sucedeu inclusivamente que o gás

tivesse acabado a meio da semana, tendo as crianças almoçado nesse dia batatas fritas de pacote e salsichas. Segundo as munícipes, de cada vez que a Câmara mexe no pessoal a qualidade dos serviços decai. As crianças habituam-se a uma funcionária, esta conhece as crianças e de repente a funcionária é trocada e começa tudo de novo. Afirmaram que há funcionárias que são ameaçadas e fechadas em salas, vivendo-se em clima de intimidação. A situação prolonga-se e as munícipes começam a temer pela educação dos seus filhos. -----

O Presidente passou a responder à questão do munícipe Vasco Silva. Pelo que sabe, ainda não há um Plano de Pormenor aprovado para aquela zona, o que complica a resolução deste problema. Contudo, para precisar os esclarecimentos, o Presidente deu a palavra ao Eng. José Portugal. -----

Este começou por explicar que o loteamento em questão não foi aprovado pela CCDR por levantar algumas questões relacionadas com o traçado viário, dado que o traçado das ruas não estava de acordo com o que constava no plano. A propósito desta questão marcou-se uma reunião com a CCDR onde estiveram presentes o Eng. José Portugal e o Vereador Ferreirinha. Desde aí a questão não teve mais desenvolvimentos. -----

Em relação ao lote em questão, o desvio e a abertura de uma serventia só poderá ser efectuada com a construção das estruturas básicas de esgotos, água e luz, o que só acontecerá após a aprovação do loteamento que, por sua vez, será aprovado após a aprovação do Plano de Pormenor, pelo que se deverá esperar pela revisão do PDM para sanar essas situações.-----

No que toca à questão da educação e do pessoal não docente, o Presidente explicou que neste momento a gestão do pessoal está a ser feita pela directora do Agrupamento de Escolas, tal como deveria ter acontecido desde que se celebrou a transferência de competências. O Presidente realçou que o facto de não ter sido assim desde o início provocou algumas indefinições. Em todo o caso, sendo a escola a gerir o pessoal, não caberá à Câmara pronunciar-se sobre transferências de funcionários, dado que não é da sua competência.-----

Sobre o problema na cantina, o Vereador Carlos Pereira informou que a explicação para a falta de gás e consequente alteração na ementa foi afixada na escola, o que denota alguma falta de atenção das munícipes que não se preocuparam em obter informações. Ainda assim, o Vereador explicou que houve uma avaria no mecanismo de fornecimento de gás, algo a que os equipamentos estão sempre sujeitos, e que o técnico chamado para resolver a situação não o conseguiu a tempo dos almoços serem preparados, pelo que, em situação de emergência, e

tendo em conta que as crianças não podiam ficar sem almoçar, se optou por essa ementa alternativa a título pontual.-----

Em relação às outras afirmações de intimidação ou funcionárias fechadas em salas, o Vereador afirmou não ter conhecimento de nenhuma situação, salvo a de uma funcionária que não tinha autorização para sair da copa da cantina. Essa situação, no entanto, reporta ao anterior executivo e já foi sanada.-----

Perante insistência das munícipes em particularizar as questões dos funcionários, o Presidente insistiu não se tratar do local mais indicado para o fazer, dado que não se trata de uma competência da Câmara. Em relação à mobilidade de funcionários, o Presidente entende que essa situação não pode ser considerada intimidação, trata-se de uma prática corrente em toda a parte que visa uma maior eficiência dos serviços.-----

ACTAS: -----

Procedeu-se à apreciação da Acta da Reunião de Câmara de 08 de Janeiro de 2010. Com as alterações sugeridas pela Vereadora Regina Ferreira e pelo Presidente a acta foi aprovada por unanimidade.-----

Procedeu-se em seguida à apreciação da Acta da Reunião de Câmara de 19 de Janeiro de 2010. Com as alterações sugeridas pela Vereadora Regina Ferreira e pelo Presidente a acta foi aprovada por unanimidade. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Interveio a Vereadora Regina Ferreira que, a propósito da Transferência de Competências na área da Educação, lembrou que o decreto-lei 144/2008 ainda estava em vigor e que previa a descentralização da transferência de competências para os municípios em paralelo com a alocação dos recursos correspondentes, ou seja, a Câmara Municipal geria o pessoal não docente (recrutamento, afectação e colocação de pessoal, gestão de carreiras e remuneração e poder disciplinar). Foram, portanto, transferidas para os municípios competências nas seguintes áreas da educação: pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, gestão do parque escolar, acção social e transporte escolar do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. A vereadora perguntou depois se houve outra delegação de competências, uma vez que só tinha conhecimento da referida delegação oriunda do Ministério da Educação. Não havendo nenhum documento a formalizar a situação, é a Câmara que deve gerir o pessoal e não a escola, cabendo igualmente à Câmara fazer a

avaliação do desempenho dos funcionários. Nessa medida, a Vereadora acha estranho que se mudem funcionários sem se fazer essa avaliação. Também considera inadequado proceder a estas mudanças sem primeiro ouvir os funcionários e lhes dar explicação das razões que conduziram a essa mudança. A Vereadora é da opinião de que para haver um clima democrático nas nossas organizações, é bom que os próprios funcionários se envolvam e partilhem das tomadas de decisão que lhes dizem respeito. A Vereadora pediu que o Presidente se pronunciasse sobre esta matéria. -----

A Vereadora referiu-se ainda à afirmação ocorrida numa reunião com os funcionários da escola que dava conta do desaparecimento de 20.000,00€, verba concedida pelo Ministério para a escola a qual o Presidente teria perdido de vista, não sabendo o que aconteceu a esse dinheiro. A Vereadora considera que não se podem fazer este tipo de afirmações a menos que se esteja na posse de provas conclusivas. -----

A Vereadora questionou ainda o Presidente sobre a razão pela qual a realização da XIII Assembleia de Organização do PCP terá lugar no auditório da Biblioteca Municipal, uma vez que, depois de ler o regulamento da Biblioteca, a Vereadora concluiu que a realização deste tipo de eventos não se enquadra no espírito dessa infra-estrutura. Por um lado, não se trata de uma actividade programada, e por outro, não se trata de uma actividade da Câmara nem de uma actividade de interesse público mas partidário, pelo que a Vereadora considera que se está a abrir um precedente num espaço que interessa preservar. -----

Sobre a Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) a Vereadora pretendeu saber se tinha havido desenvolvimentos e denunciou ainda o mau estado de dois painéis publicitários junto ao Estádio Municipal que se encontram nessa situação devido ao mau tempo. -----

Por último, a Vereadora realçou a divulgação de alguns acontecimentos relacionados com o Concelho no site da Autarquia, no qual destaca e saúda a presença da Câmara na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL). -----

O Presidente começou por falar deste último assunto, explicando que a entidade Turismo de Lisboa e Vale do Tejo acordou dinamizar o seu stand repartindo-o pelas várias entidades que a compõem, pelo que calhou ao Concelho dinamizar o espaço durante uma tarde levando a cabo uma prova de vinhos na qual participaram as adegas de Alpiarça que se quiseram fazer representar. -----

Em relação à gestão do pessoal não docente, a opinião do Presidente é que, à semelhança do que aconteceu com a esmagadora maioria dos municípios que aderiram a esta transferência, a gestão funcional do pessoal deve ser feita por quem está no terreno que é a Direcção do

Agrupamento, ao contrário do que acontecia com o anterior Executivo, facto que acarretou a necessidade de uma série de expedientes, nomeadamente memorandos completamente absurdos. Em relação ao Decreto-Lei, que em traços gerais define as condições da transferência de competências, o Presidente considera dizer respeito à Câmara a aquisição de novo pessoal, mas o mesmo não acontece com a sua gestão funcional, que deve ser feita pela escola por uma questão de eficiência. E mesmo as questões disciplinares deverão partir do Agrupamento para depois serem ou não homologadas pelo Município, o mesmo acontecendo a propósito da avaliação dos funcionários. O Presidente lembrou também a existência de um Decreto-Lei que regulamenta o novo modelo de autonomia e gestão das escolas onde essas matérias estão mais especificadas do que no decreto que a Vereadora citou, e no qual se refere que cabe ao director do Agrupamento gerir o pessoal em matéria disciplinar, processual, avaliação, etc. Embora não podendo precisar de momento por não estar na posse dos documentos, o Presidente afirmou não considerar necessária a formalização da transferência da competência da gestão de pessoal para a escola, uma vez que esta já lhe foi outorgada pelo Decreto-Lei que regulamenta esta matéria. Em relação às questões que lhe foram colocadas pelas munícipes, o Presidente relembrou que é a escola que gere o pessoal, pelo que não teve conhecimento dos procedimentos utilizados. Em todo o caso, foi-lhe transmitido que as pessoas foram contactadas a propósito destas mudanças de funções, muito embora seja uma matéria que já não lhe diz directamente respeito. -----

O Vereador Carlos Pereira esclareceu ainda que, sobre a mudança de pessoal, afirmou, perante a Dr^a Tânia Graça, o Dr. Ricardo Luciano, o Encarregado Mário Raimundo e restantes pessoas da cantina, que tinha sido ele a pedir à Directora do Agrupamento que mudasse a funcionária porque já não era respeitada nem respeitava ninguém, e que substituíssem aquela senhora.-----

Em relação à alegada consideração que terá sido feita sobre a forma como a Câmara usou os 20.000,00€ da transferência, o Presidente afirmou desconhecer as circunstâncias em que terá ocorrido. Em todo o caso, é um facto que a verba foi transferida e não foram feitas intervenções no valor desse montante. -----

No que toca à realização da Assembleia de Organização do PCP no Auditório da Biblioteca, o Presidente explicou que essa é a interpretação que considera correcta do sentido da função dos equipamentos sociais, que é serem usados pelas variadas entidades que desenvolvem actividades para os munícipes. A abertura deste precedente é positiva, uma vez que a utilização do espaço não é exclusiva do PCP mas de todos os interessados em lá desenvolver

actividades. No entanto, o Presidente lembrou que não se trata de precedente, uma vez que o mesmo espaço foi utilizado pelo PS para apresentação da sua candidatura às eleições autárquicas depois de a Câmara ter recusado a cedência do auditório para realização de uma actividade da CDU. O Presidente afirmou ainda que o uso livre de instalações públicas não pode de forma alguma representar ameaça ao bom funcionamento do sistema democrático. -- Sobre a questão da CLDS, respondeu o Vereador Carlos Pereira anunciando que irá marcar uma reunião com a Fundação com a maior celeridade a fim de se tentar chegar a uma conclusão. O Vereador afirmou também que tinha pedido uma reunião com a Segurança Social e que nessa reunião recolheu dados para se basear na discussão com a Fundação José Relvas. - Em relação aos painéis danificados, o Vereador Mário Peixinho explicou que os mesmos são propriedade da empresa que os coloca, pelo que não compete à Câmara resolver o assunto, ainda que a Câmara possa notificar a empresa para que proceda aos arranjos necessários. O Vereador aproveitou para explicar à Vereadora Regina Ferreira que tem um caderno cheio de recados sobre pequenas questões que infelizmente não consegue resolver na sua totalidade com a celeridade que gostava que tivesse, embora se esforce por isso. Em todo o caso, sobre esta questão particular, o Vereador comprometeu-se em inteirar-se da identidade das empresas responsáveis pelos painéis a fim de as oficializar para que procedam à sua reparação. -----

A Vereadora Regina Ferreira voltou a tomar a palavra dizendo que compreendia o que o Presidente explicou, mas que entendia que para fazer uma transferência de competências em sentido inverso no que toca à gestão do pessoal, a Câmara deve formalizar por escrito essa transferência. -----

Sobre a cedência do auditório, a Vereadora afirmou desconhecer os procedimentos anteriores, mas em relação à apresentação da lista do PS, a Vereadora argumentou que a campanha eleitoral é um período de excepção em que há uma maior permissividade, tal como vem previsto na lei. Em todo o caso, a Vereadora salvaguardou que a sua pergunta não tem a ver com questões partidárias mas com o seu entendimento daquilo que deve ser a utilização daquela infra-estrutura. Segundo a Vereadora aquele deve ser um espaço com uso restrito a fim de ser preservado. Para além disso, o próprio regulamento não promove a utilização das infra-estruturas por qualquer indivíduo singular. -----

O Presidente afirmou que não considera a campanha eleitoral um período de excepção, até porque em democracia as excepções são a suspensão da democracia. Sobre o o regulamento,

o Presidente declarou que se o mesmo não está conforme as ideias defendidas pelo Executivo se deve proceder à sua alteração e consequente apreciação e votação. -----

ORDEM DO DIA -----

EXPEDIENTE: -----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE: -----

VÁRIOS: -----

- Grupo de Dadores Benévolos de Sangue do Concelho de Alpiarça – Pedido de Apoio para a impressão de 300 cartazes. -----

O Presidente explicou que os Dadores pretendiam que a Câmara ajudasse a suportar um terço do valor total da impressão, avaliada em 440,00€ + IVA, sendo que estariam a acordar com outras 2 entidades a produção dos cartazes. A proposta do Presidente foi no sentido de a Câmara deliberar a comparticipação de um terço deste valor, num total de 180,00€. -----

A proposta do Presidente foi aprovada por unanimidade. -----

- Pastelaria Venicien, Lda – Pedido de Autorização da Utilização do Brasão da Vila de Alpiarça

O Presidente explicou que a pastelaria em questão pretendia utilizar o brasão da vila nas embalagens em que serve os bolos, coisa que já acontecia mas com o brasão adaptado, o que não era correcto. O Presidente estava na posse de um parecer jurídico da assessoria jurídica da Câmara que afirma que é à Assembleia que compete decidir mediante proposta apresentada pela Câmara. -----

A Vereadora Regina Ferreira afirmou que é de louvar a iniciativa da pastelaria. -----

O Presidente propôs que se remetesse à Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal no sentido de autorizar o uso do brasão do Concelho. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

- Turismo de Lisboa e Vale do Tejo – Protocolo de Parceria entre a Turismo de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Alpiarça. -----

Aprovada por unanimidade a minuta deste protocolo que deverá ser assinado pelas partes intervenientes. -----

- Instituto Politécnico de Santarém – Constituição de Consórcio -----

O Presidente explicou que este consórcio visa a candidatura a património nacional da cultura avieira e do qual fazem parte 38 parceiros. No que toca a Alpiarça, a aprovação desta candidatura poderia trazer benefícios no que diz respeito a um possível financiamento comunitário para uma intervenção na aldeia do Patacão. Nesse sentido, é necessário que a Câmara formalize a sua adesão a este consórcio. -----

A Vereadora Regina Ferreira realçou a importância deste projecto. Questionou o Presidente sobre a presença da Câmara enquanto convidada numa reunião do consórcio. -----

O Presidente explicou que a Câmara esteve representada pelo seu adjunto, José Marcelino, tendo sido feita uma apresentação deste projecto. Também no âmbito deste projecto, realizou-se no passado Sábado uma visita de várias entidades à região da praia de Mira, onde foram igualmente avançadas algumas ideias e se apresentaram alguns estudos sobre esta matéria. -----

Foi deliberado por unanimidade aprovar a adesão da Câmara Municipal de Alpiarça à constituição do consórcio. -----

- Cultura Avieira a Património Nacional – Projecto de Candidatura -----

Este ponto está relacionado com o anterior, pelo que a sua discussão decorreu no ponto acima. -----

- Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares -----

O Presidente apresentou a minuta do protocolo a estabelecer entre a rede de Bibliotecas Escolares e a Câmara Municipal no sentido de formalizar a criação do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) que possibilitará a colaboração da Biblioteca Municipal de Alpiarça com a Biblioteca Escolar, pondo à disposição desta última os recursos e técnicos da primeira.---

A Vereadora Regina Ferreira observou que, ao contrário do que diz respeito ao técnico da Biblioteca Municipal, não vem discriminado no documento as funções dos técnicos da Biblioteca Escolar. -----

O Presidente concordou com a observação da Vereadora, pelo que se procedeu às alterações em causa. -----

Foi aprovado por unanimidade a formalização do documento de parceria entre a Câmara Municipal de Alpiarça e as Bibliotecas Escolares. -----

- PT Negócios – Protocolo TMN – Município de Alpiarça para Rede Móvel -----

O Presidente explicou que esta proposta de protocolo prevê a possibilidade de se alargar as condições do tarifário que a TMN cobra para comunicações entre os telemóveis da autarquia a todos os funcionários da Autarquia e familiares em linha recta.-----

Aprovado por unanimidade a assinatura deste protocolo, sendo que se deverá informar os funcionários das condições da adesão. -----

- Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas ---

O Presidente explicou que este ponto foi apresentado pelo Gabinete de Apoio chamando a atenção para a necessidade de elaborar o plano em epígrafe. Este documento foi pois

elaborado com base no documento-tipo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, embora tenham sido igualmente consultados outros planos, ajustando-os à realidade da nossa Autarquia. -----

A Chefe de Divisão, Dr^a Maria do Céu, tomou a palavra para explicar os traços gerais deste documento. Explicou que o mesmo será objecto de uma monitorização anual que, à semelhança do próprio plano, deverá ser publicada anualmente no site da Autarquia. Devido à falta de tempo para fazer um trabalho mais aprofundado, a Chefe de Divisão explicou que poderão existir riscos que não estejam contemplados no documento, assim como reconhece que muitas das medidas propostas talvez não sejam as mais eficientes. -----

O Presidente explicou ainda que, consoante os resultados, este documento será anualmente objecto de adequações. -----

A Vereadora Regina Ferreira afirmou que considera muito exigente este documento, tanto para quem o elaborou como para quem depois o analisa, pelo que reconhece que não o leu com a atenção de pormenor com que o deveria ter feito, tendo por isso dificuldades em pronunciar-se. No entanto, a Vereadora leu o documento tendo encontrado dificuldades nalgumas passagens, nomeadamente no que respeita ao registo de frequência de risco, dando a sensação de que este é um documento prefabricado ou em grande parte copiado. -----

A Chefe de Serviços explicou que o documento retrata a incidência do risco tendo em conta as operações frequentes que a Câmara efectua e em que pode ocorrer o risco detectado, assinalando o responsável para cada situação. -----

A Vereadora Regina Ferreira sugeriu que se adiasse a votação do documento a fim de poder fazer uma segunda leitura. -----

O Presidente respondeu que não teria nada a opor não fosse a necessidade de publicar o Plano dado que é um procedimento obrigatório e, a não acontecer, a Câmara fica em incumprimento. Acrescentou que em sua opinião este plano é um bom ponto de partida, não excluindo a hipótese de o mesmo ser reformulado à medida que dos ajustes que a experiência tornar necessários. -----

A Vereadora Regina Ferreira declarou a sua intenção de se abster uma vez que, embora reconhecendo o esforço que foi feito para ter o documento pronto, precisa de estar melhor preparada para votar em consciência. -----

Posto à votação, o documento foi aprovado por maioria com 3 votos a favor e 1 abstenção da Vereadora Regina Ferreira. -----

ACÇÃO SOCIAL: -----

- Acção Social Escolar – Auxílios Económicos para o Ano Lectivo de 2009/10 -----

Aprovado por unanimidade a inclusão destes alunos na listagem anteriormente aprovada para os auxílios económicos. -----

OBRAS:-----

- Requalificação do Largo Vasco da Gama – Suspensão de Trabalhos – Parecer Técnico -----

O Presidente passou a palavra ao Eng. José Portugal que explicou que esta suspensão dos trabalhos se fica a dever às chuvas de Novembro e Dezembro que impediram a continuidade dos trabalhos, situação que se manteve até ao dia 19 de Janeiro. A inclusão deste ponto visa apenas formalizar a legalidade desta situação. Os trabalhos, entretanto, continuaram e o Eng. José Portugal prevê que no final de Fevereiro, início de Março se poderá encerrar esta obra. ---
A suspensão dos trabalhos foi assim aprovada por unanimidade de acordo com o parecer técnico. -----

- Construção do Centro Escolar de Alpiarça – 1º Ciclo do Ensino – Suspensão dos Trabalhos – Parecer Técnico -----

O Eng. José Portugal explicou que a situação desta obra é idêntica à situação votada anteriormente. Da mesma forma já se reuniram as condições climatéricas para que os trabalhos retomassem a sua actividade normal. -----
Após votação, a suspensão dos trabalhos foi aprovada por unanimidade de acordo com o parecer técnico. -----

- Remodelação e Beneficiação do Museu dos Patudos – Casa dos Patudos – Trabalhos adicionais -----

O Eng. Portugal explicou que houve necessidade de efectuar estes trabalhos adicionais para dar continuidade aos trabalhos contratuais. Esses trabalhos prendiam-se essencialmente com a alteração da ventilação, que foi deslocada do sótão, onde estava inicialmente prevista a sua instalação, para o rés-do-chão, com uma alteração ao nível dos beirados da cobertura, que não tinham sido inicialmente previstos, com a necessidade de colocar sapatas para reforçar a estrutura das paredes, pavimentos e rodapés, bem como a aplicação do tratamento preventivo para as térmitas ao nível do sótão. Alguns destes trabalhos já foram feitos mas há a necessidade de os integrar no âmbito da rubrica de erros e omissões do projecto. O Eng. explicou que estas situações só puderam ser detectadas no terreno, pelo que não foram contempladas no projecto. -----

Este ponto foi aprovado por unanimidade de acordo com o parecer técnico. -----

- Empresa Resposta Mais, Lda – Operação de Destaque de Prédio Urbano -----

O Eng. José Portugal deu o seu parecer, afirmando que não encontrou nenhuma situação que obste ao parecer favorável a esta operação de destaque. -----

Foi aprovado por unanimidade autorizar operação de destaque de acordo com o parecer técnico.-----

INFORMAÇÕES: -----

- Associação Nacional de Bombeiros Profissionais. -----

O Presidente informou que decorreu uma reunião com três dirigentes desta associação. Referiu-se à cedência do quartel dos Bombeiros para realização de um curso administrado pela ANBP. -----

- O Presidente informou ainda que foram formuladas 4 candidaturas ao PRODER com um valor total de 1.010.126,46€ euros. As candidaturas visam o arruamento da Rua Alfredo Lima no Frade de Cima, o caminho agrícola que liga a Estrada Municipal 391 ao Frade de Cima, a Estrada do Touco e a Estrada do Casal Branco. -----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram vinte e uma horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata. -----

E eu, Vitória Maria Lopes de Faria Brito, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----

